



PODER,
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS



CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA OUTORGA
DE DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DE ALAGOAS

PROVIMENTO

008. PROVA OBJETIVA DE SELEÇÃO

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 100 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- É obrigatória a permanência do candidato no local por, no mínimo, 2 horas, a contar do início da realização da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência, caso tenha permanecido o tempo mínimo de 2 horas, a contar do início da realização da prova.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

REGISTROS PÚBLICOS, NOTAS E PROTESTO

01. De acordo com a Lei Federal nº 8.935/1994, sobre o ingresso na atividade notarial e de registro, é correto afirmar:

- (A) Os concursos para o ingresso na atividade serão realizados pelo Poder Judiciário, com a participação, em todas as suas fases, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Ministério Público, da Defensoria Pública Estadual, de um notário e de um registrador.
- (B) Depende dos seguintes requisitos: habilitação em concurso público de provas e títulos; nacionalidade brasileira; capacidade civil; quitação com as obrigações eleitorais e militares; diploma de bacharel em direito; verificação de conduta condigna para o exercício da profissão.
- (C) Ao concurso público poderão concorrer candidatos não bacharéis em Direito que tenham completado, até a data da primeira publicação do edital do concurso de provas e títulos, quinze anos de exercício em serviço notarial ou de registro.
- (D) Ao concurso de remoção somente serão admitidos titulares que exerçam a atividade por mais de três anos.

02. De acordo com a Lei Federal nº 8.935/1994, sobre os prepostos dos serviços notariais e de registro, é correto afirmar:

- (A) Os titulares dos serviços notariais e de registro poderão contratar substitutos, escreventes e auxiliares quantos forem necessários, desde que autorizado pelo Juízo competente.
- (B) Apenas na ausência do notário ou do oficial de registro, os substitutos poderão praticar todos os atos que sejam próprios da serventia.
- (C) Os notários e os oficiais de registro poderão, para o desempenho de suas funções, contratar escreventes, dentre eles escolhendo os substitutos, e auxiliares como empregados, com remuneração livremente ajustada e sob o regime da legislação do trabalho.
- (D) Os escreventes, após autorização do Juiz Corregedor Permanente, poderão praticar somente os atos que o notário ou o oficial de registro permitir.

03. De acordo com a Lei Federal nº 8.935/1994, é correto afirmar:

- (A) Os notários e oficiais de registro são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem a terceiros, por culpa ou dolo, pessoalmente, pelos substitutos que designarem ou escreventes que autorizarem, sem direito de regresso.
- (B) A responsabilidade civil depende da criminal e esta será individualizada, aplicando-se, no que couber, a legislação relativa aos crimes contra a fé pública.
- (C) Prescreve em dois anos a pretensão de reparação civil em face do notário ou oficial, contado o prazo da data de lavratura do ato registral ou notarial.
- (D) O gerenciamento administrativo e financeiro dos serviços notariais e de registro é da responsabilidade exclusiva do respectivo titular, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, investimento e pessoal, cabendo-lhe estabelecer normas, condições e obrigações relativas à atribuição de funções e de remuneração de seus prepostos de modo a obter a melhor qualidade na prestação dos serviços.

04. De acordo com a Lei Federal nº 8.935/1994, sobre os direitos e deveres do notário e do oficial de registro, é correto afirmar:

- (A) É direito do notário e do oficial de registro exercer opção, nos casos de desmembramento ou desdobramento de sua serventia.
- (B) É direito do notário e do oficial de registro admitir pagamento dos emolumentos, das custas e das despesas por meio eletrônico.
- (C) É direito do notário e do oficial de registro delegar a terceiros, contratados com autorização da Corregedoria Permanente, a manutenção em ordem dos livros, papéis e documentos de sua serventia.
- (D) É dever do notário e do oficial de registro manter exclusivamente em papel o arquivo das leis, dos regulamentos, das resoluções, dos provimentos, dos regimentos, das ordens de serviço e quaisquer outros atos que digam respeito à sua atividade.

- 05.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre a fiscalização das serventias notariais e de registro, é correto afirmar:
- (A) Caberá aos Juízes Corregedores Permanentes instaurar processo administrativo pela prática de infrações disciplinares pelos notários e registradores e impor as penas previstas no artigo 32 da Lei nº 8.935/1994, exceto a de perda da delegação.
 - (B) Caberá aos Juízes Corregedores Permanentes instaurar processo administrativo pela prática de infrações disciplinares pelos notários e registradores e impor as penas previstas no artigo 32 da Lei nº 8.935/1994, exceto as de perda da delegação e de suspensão.
 - (C) A fiscalização será exercida pelo Corregedor-Geral da Justiça, nos termos do art. 41 do Código de Organização Judiciária do Estado de Alagoas, que delegará poderes aos Juízes Corregedores Permanentes para exercer a atividade fiscalizadora em esfera preventiva e repressiva, nos termos dos artigos 37 e 38 da Lei nº 8.935/1994.
 - (D) O Juiz Corregedor Permanente fiscalizará os serviços extrajudiciais situados na comarca, de ofício ou atendendo à reclamação escrita dos usuários, não se admitindo reclamação verbal.
- 06.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre os livros administrativos dos serviços notariais e de registro públicos, é correto afirmar:
- (A) Com exceção do Livro de Visitas e Correições, a responsabilidade pela escrituração dos demais livros é exclusiva e direta do delegatário, vedada a escrituração por um preposto.
 - (B) Salvo os livros previstos em lei especial, os serviços notariais e de registros públicos deverão possuir os livros de Visitas e Correições, Diário Auxiliar da Receita e da Despesa e Controle de Depósito Prévio.
 - (C) O Livro de Visitas e Correições será escriturado pelas competentes autoridades judiciárias fiscalizadoras, as quais ficarão responsáveis por sua guarda.
 - (D) O Livro de Controle de Depósito Prévio observará o modelo usual para a forma contábil, vedada a escrituração de forma eletrônica.
- 07.** De acordo com o Provimento nº 69/2018 da Corregedoria Nacional de Justiça, sobre o teletrabalho no âmbito dos serviços notariais e de registro, assinale a alternativa correta.
- (A) Desde que autorizados pelos titulares delegatários, interinos e interventores nomeados para responder pelo serviço, os escreventes, prepostos e colaboradores do serviço notarial e de registro poderão executar suas tarefas fora das dependências da serventia extrajudicial, na modalidade teletrabalho, de forma remota e com a utilização de recursos tecnológicos.
 - (B) A adoção do teletrabalho é facultativa aos escreventes, prepostos e titulares delegatários.
 - (C) A atividade notarial e de registro na modalidade teletrabalho está limitada a cinquenta por cento da força de trabalho da serventia.
 - (D) A implementação ou alteração do regime de teletrabalho independe de comunicação ao órgão correcional local, pois integra a independência do titular delegatário no que se refere ao gerenciamento administrativo e financeiro da serventia.
- 08.** Segundo o Provimento nº 100/2020, do Conselho Nacional de Justiça, é correto afirmar:
- (A) O Sistema de Atos Notariais Eletrônicos, e-Notariado, será implementado e mantido pelo Colégio Notarial do Brasil - Conselho Federal, subsidiado, se necessário, pelo fundo criado pela Lei Federal nº 14.382/2022.
 - (B) Os notários, pessoalmente ou por intermédio do e-Notariado, devem fornecer meios tecnológicos para o acesso das informações exclusivamente estatísticas e genéricas à Administração Pública Direta, sendo-lhes autorizado, inclusive, o envio e o repasse de dados, independentemente de disposição legal ou judicial específica.
 - (C) Para a implementação e gestão do sistema e-Notariado, o Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal poderá, dentre outras, adotar as medidas operacionais próprias ou de outras entidades extrajudiciais, ficando responsável pela coordenação, implantação e funcionamento do sistema.
 - (D) O e-Notariado deve oferecer acesso aos dados e às informações constantes de sua base de dados para o juízo competente responsável pela fiscalização da atividade extrajudicial, para as Corregedorias dos Estados e do Distrito Federal e para a Corregedoria Nacional de Justiça.

09. Segundo o Provimento nº 100/2020, do Conselho Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta sobre a implementação e gestão do sistema e-Notariado.
- (A) O Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal deverá, entre outros, estabelecer critérios e normas técnicas para a seleção dos tabelionatos de notas autorizados a emitir certificados eletrônicos para a lavratura de atos notariais eletrônicos.
 - (B) O Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal deverá agir diretamente na capacitação dos notários credenciados para a emissão de certificados eletrônicos, segundo diretrizes do Conselho Nacional de Justiça.
 - (C) O Conselho Nacional de Justiça deverá, entre outros, estabelecer normas, padrões, critérios e procedimentos de segurança referentes a assinaturas eletrônicas, certificados digitais e emissão de atos notariais eletrônicos e outros aspectos tecnológicos atinentes ao seu bom funcionamento.
 - (D) O Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal poderá ser ressarcido dos custos pelos usuários do serviço, na forma estabelecida pelas Corregedorias Estaduais.
10. Segundo o Provimento nº 100/2020, do Conselho Nacional de Justiça, é correto afirmar:
- (A) As autoridades judiciárias, desde que autorizadas por portaria do Conselho Nacional de Justiça, terão acesso às funcionalidades do e-Notariado, de acordo com o perfil que lhes for atribuído no sistema.
 - (B) O acesso ao e-Notariado será feito com assinatura digital, por certificado digital notariado, nos termos da MP nº 2.200-2/2001 ou, quando possível, por biometria.
 - (C) Os usuários externos poderão acessar o e-Notariado mediante cadastro prévio, desde que o acesso seja feito com certificado digital expedido no âmbito da ICP-Brasil, para conferir a autenticidade de ato em que tenham interesse.
 - (D) Para a assinatura de atos notariais eletrônicos, poderá, a critério do tabelião, ser realizada videoconferência notarial para captação do consentimento das partes sobre os termos do ato jurídico e sobre a concordância com o ato notarial.
11. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), assinale a alternativa correta.
- (A) O tabelião que infringir os deveres de sua função responderá somente pessoal e civilmente pelos danos causados.
 - (B) É vedada a distribuição de ficha-padrão para fins de reconhecimento de firma em estabelecimentos como imobiliárias e de revenda de veículos, mas é permitido o preenchimento por pessoas não vinculadas ao delegatário.
 - (C) O tabelião que infringir os deveres de sua função responderá pessoal, penal e civilmente pelos danos causados.
 - (D) Aos tabeliões de notas é vedado efetuar desconto de emolumentos pela lavratura de escrituras de alienação e oneração de bens imóveis, mas é permitido o pagamento de comissão a corretores para fins de captação do serviço notarial.
12. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre as escrituras públicas relativas a imóveis, assinale a alternativa correta.
- (A) Nas escrituras relativas a imóveis, consignar-se-á a apresentação da certidão de inteiro teor da matrícula e a certidão de ônus reais e de ações reais e/ou pessoais reipersecutórias relativas ao imóvel, expedidas pelo Registro de Imóveis competente, cujo prazo de validade, para esse fim, será de 20 (vinte) dias.
 - (B) Nas escrituras relativas a imóveis rurais, será facultativa a apresentação ao tabelião de notas do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR, com a prova de quitação do Imposto Territorial Rural – ITR referente aos cinco últimos exercícios, que serão exigidos apenas no momento do Registro.
 - (C) Nas escrituras relativas a imóveis consignar-se-á o pagamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação, quando incidente sobre o ato, ou o reconhecimento da exoneração pela autoridade fazendária, nos casos de imunidade, isenção ou não incidência, exceto nos casos em que a lei ou ato administrativo da Secretaria da Fazenda dispense o reconhecimento da desoneração, cuja guia física ficará arquivada pelo prazo mínimo de vinte (20) anos; após cinco (05) anos poderá ser eliminada a guia física, desde que mantida arquivada em meio eletrônico (digitalização).
 - (D) Nas escrituras relativas a imóveis urbanos, serão exigidas as certidões referentes aos tributos incidentes sobre o imóvel, quando houver transferência de domínio, não cabendo dispensa pelo adquirente.

13. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre imóvel rural, é correto afirmar:

- (A) A aquisição por pessoa física estrangeira será livre, independentemente de qualquer autorização ou licença, se o imóvel contiver área não superior a 10 (dez) módulos.
- (B) O Tabelião não poderá, sob pena de responsabilidade, lavrar escrituras de desmembramento de imóvel rural se as áreas resultantes não forem iguais ou superiores à fração mínima de parcelamento ou módulo, o que for menor, impressa no certificado de cadastro correspondente, exceto se o imóvel alienado for destinado à anexação a outro imóvel rural confinante e desde que a área remanescente seja igual ou superior à fração mínima de parcelamento.
- (C) Não são aplicáveis ao arrendamento os limites, restrições e condições aplicáveis à aquisição de imóveis rurais por estrangeiros, constantes na Lei Federal nº 5.709/1971.
- (D) A pessoa física estrangeira somente poderá adquirir imóvel rural não excedente a 60 (sessenta) módulos de exploração indefinida, em área contínua ou descontínua.

14. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre lavratura de escritura de inventário e partilha, assinale a alternativa correta.

- (A) A renúncia de herdeiro não poderá constar na própria escritura de partilha, devendo ser formalizada em apartado, judicialmente ou por outra escritura pública.
- (B) O tabelião de notas poderá lavrar escritura de inventário e partilha de bens cujas partes estejam representadas por procuração lavrada por instrumento público ou particular, desde que constem poderes específicos.
- (C) Quando se tratar de partilha por direito de representação ou contemplar herdeiros da classe posterior na ordem da vocação hereditária, o tabelião de notas deverá exigir a certidão de óbito do representado ou declaração das partes, feita sob as penas da lei, informando a data e o local em que ocorreu o óbito do representado e dos herdeiros pré-mortos.
- (D) A escritura pública deverá conter declaração expressa das partes e do advogado assistente ou defensor público, sob as penas da lei, de que não tramita inventário e partilha na via judicial ou, se for o caso, de que o processo está suspenso para a promoção do inventário e partilha na via extrajudicial.

15. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre o testamento cerrado, assinale a alternativa correta.

- (A) Se o apresentante testador não fizer, por iniciativa própria, a declaração de que o documento apresentado ao tabelião é o seu testamento e dá-lo como bom, firme e valioso, bem como que deseja que seja aprovado, o tabelião de notas deve recusar, de plano, a lavratura do instrumento de aprovação.
- (B) O tabelião de notas poderá ler o testamento e, se constatar alguma ilegalidade, deverá, de imediato, suspender o ato de aprovação.
- (C) Apresentado ao tabelião de notas, na presença de pelo menos duas testemunhas, este, depois de ouvir do testador ser aquele o seu testamento, e de o afirmar como bom, firme e valioso, e declarar querer seja aprovado, iniciará, imediatamente após a última palavra do texto, o instrumento de aprovação, pela forma manuscrita ou datilografada.
- (D) Antes de cerrar e coser o testamento, o tabelião de notas deverá extrair uma cópia e arquivá-la na serventia.

16. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre a escritura pública de separação e divórcio, é correto afirmar:

- (A) Por ocasião da lavratura da escritura de separação ou divórcio com partilha de bens imóveis, não compete ao tabelião de notas a exigência do comprovante do pagamento do imposto de transmissão, que será exigido por ocasião da apresentação da escritura ao registro de imóveis.
- (B) Havendo filhos menores ou incapazes do casal, é vedada, em qualquer hipótese, a lavratura da escritura de conversão da separação judicial em divórcio consensual, com ou sem partilha de bens.
- (C) Havendo fundados indícios de prejuízo a um dos cônjuges ou existindo dúvida sobre a declaração de vontade, impõe-se ao tabelião de notas, após a lavratura da escritura, comunicação imediata ao Ministério Público Estadual e ao Juiz Corregedor Permanente.
- (D) A escritura especificará, além de outros requisitos legais, o regime matrimonial de bens, os bens comuns e a partilha, quando esta não for ressalvada para momento posterior à dissolução da sociedade conjugal ou do casamento; sobre qual das partes recairá a responsabilidade por obrigações pendentes e será atribuída a titularidade de direitos e ações, nome e data de nascimento dos filhos; o prazo de duração da obrigação alimentar; condições e critérios de atualização, e, se for o caso, a sua dispensa provisória.

17. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre os atos relativos às transferências de embarcações, assinale a alternativa correta.
- (A) Os atos relativos às promessas, cessões, compra e venda e outra qualquer modalidade de transferência de propriedade de embarcações sujeitas a registro serão feitos por escritura pública, se na comarca não existir tabelionato privativo de contratos marítimos.
 - (B) Diferentemente do que ocorre nas transferências de bens imóveis, se o outorgante for casado, independentemente do regime de bens, será dispensável o consentimento de seu cônjuge.
 - (C) As embarcações brasileiras, inclusive as da Marinha de Guerra, serão inscritas na Capitania dos Portos ou órgão subordinado, em cuja jurisdição for domiciliado o proprietário ou armador ou onde for operar a embarcação. Será facultativo o registro da propriedade no Tribunal Marítimo, se a embarcação possuir arqueação bruta superior a cem toneladas, para qualquer modalidade de navegação.
 - (D) Os atos relativos às promessas, cessões, compra e venda e outra qualquer modalidade de transferência de propriedade de embarcações sujeitas a registro poderão ser feitos por instrumento particular, independentemente do valor.
18. De acordo com o Código Civil (Lei nº 10.406/2002), o testador pode, desde que o faça por instrumento público perante o tabelião de notas:
- (A) reconhecer filho havido fora do casamento, bem como revogar o reconhecimento.
 - (B) instituir bem de família, mas não lhe é permitido instituir condomínio edilício, pois este só pode ser instituído por atos entre vivos
 - (C) instituir condomínio edilício, instituir a multipropriedade imobiliária, constituir servidão e nomear tutor de seus filhos.
 - (D) se houver justa causa, estabelecer cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade, mas não pode constituir servidão, pois esta somente pode ser constituída por ato entre vivos.
19. De acordo com o Código Civil (Lei nº 10.406/2002), assinale a alternativa correta sobre o testamento público.
- (A) Não é permitido que o tabelião de notas escreva o testamento manualmente, pois a escrita manual pode dificultar a leitura da real declaração de vontade do testador.
 - (B) Após a sua lavratura, deve ser lido em voz alta pelo tabelião de notas ao testador e a duas testemunhas, a um só tempo, ou pelo testador, se o quiser, na presença destas e do tabelião.
 - (C) A pessoa inteiramente surda não pode testar por instrumento público, pois é requisito essencial para validade do ato a leitura do testamento pelo tabelião para permitir que o testador verifique se as disposições testamentárias estão conforme a sua vontade.
 - (D) Se o testador não souber, ou não puder assinar, o tabelião de notas assim o declarará e assinará o testamento substituindo a assinatura do testador.
20. Assinale a alternativa correta.
- (A) De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ-AL), em obediência ao princípio da literalidade, todos os títulos ou documentos de dívida serão protestados somente pelos valores neles estampados, não se admitindo qualquer tipo de acréscimo como juros ou atualização monetária.
 - (B) Por se tratar de intimação ficta, o tabelião de protesto somente promoverá a intimação por edital se autorizado pelo credor apresentante do título.
 - (C) A remessa da intimação do protesto somente poderá ser realizada por portador do próprio tabelião.
 - (D) O contrato de câmbio, desde que protestado, constitui instrumento para requerer a ação executiva.
21. De acordo com o Decreto-Lei nº 167/1967, assinale a alternativa correta em relação à dispensa do protesto para fins de assegurar o direito de regresso contra endossantes e seus avalistas.
- (A) O protesto é dispensável no caso da cédula de crédito rural, da nota promissória rural e da duplicata rural.
 - (B) O protesto é dispensável somente no caso da cédula de crédito rural e da nota promissória rural.
 - (C) O protesto é dispensável somente no caso da cédula de crédito rural e da duplicata rural.
 - (D) O protesto é dispensável somente no caso da cédula de crédito rural.

22. Assinale a alternativa correta.

- (A) Somente os títulos executivos extrajudiciais são passíveis de protesto.
- (B) O tabelião de protesto deverá expedir a intimação ao devedor ou sacado decorridos três dias úteis, contados da protocolização.
- (C) O prazo para o tabelião expedir certidão de protesto é de, no máximo, sete dias úteis.
- (D) Para fins de protesto, a praça de pagamento das duplicatas escriturais, cuja emissão foi regulada pela Lei nº 13.775/2018, deverá coincidir com o domicílio do devedor, salvo convenção expressa entre as partes que demonstre a concordância inequívoca do devedor.

23. De acordo com a Lei nº 9.492/1997, assinale a alternativa correta.

- (A) Permite-se a tirada do protesto por falta de aceite após o vencimento da obrigação.
- (B) É vedado o protesto por motivo de falta de pagamento de letra de câmbio contra sacado não aceitante.
- (C) Não havendo o pagamento do título nem sustação judicial ou desistência do credor, o tabelião, se não constatar qualquer irregularidade formal, deverá tirar o protesto dentro do prazo de dez dias úteis, contados do recebimento da intimação.
- (D) Após recebida a intimação, é permitida ao credor a desistência do procedimento do protesto somente se houver anuência do devedor.

24. De acordo com o Provimento nº 86/2019 da Corregedoria Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta sobre o pagamento dos emolumentos e demais acréscimos legais quando da apresentação para protesto de títulos e documentos de dívida.

- (A) Nas localidades onde houver mais de um tabelionato de protesto, o depósito ou pagamento dos emolumentos e demais acréscimos legais destinados aos escritórios de distribuição devem ser feitos previamente, independentemente da data de vencimento do título ou documento de dívida.
- (B) Nenhum valor de emolumentos será devido se houver pedido de desistência do procedimento do protesto pelo apresentante ou pelo exame do título ou documento de dívida devolvido ao apresentante por motivo de irregularidade formal.
- (C) A apresentação para protesto feita por qualquer pessoa física independe de depósito ou pagamento prévio dos emolumentos e dos demais acréscimos legais e despesas ao tabelião ou ao serviço de distribuição, desde que o vencimento não ultrapasse o prazo de um ano no momento da apresentação.
- (D) A apresentação para protesto feita por qualquer pessoa física independe de depósito ou pagamento prévio apenas dos emolumentos pertencentes ao tabelião, sendo necessário o depósito ou pagamento prévio dos acréscimos legais e das demais despesas.

25. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre a averbação da alteração do prenome, do gênero ou de ambos, à adequação da identidade de transgênero, é correto afirmar:

- (A) A alteração poderá ser desconstituída a qualquer tempo, mediante requerimento firmado pelo interessado, com firma reconhecida, apresentado ao oficial do registro civil das pessoas naturais onde o assento foi lavrado, independentemente de autorização judicial ou administrativa.
- (B) Toda pessoa maior de 18 anos completos habilitada à prática de todos os atos da vida civil poderá requerer ao ofício do RCPN a alteração e a averbação do prenome e do gênero no registro de nascimento, a fim de adequá-los à identidade autopercebida, independentemente de autorização judicial.
- (C) O atendimento do pedido de alteração do prenome e sexo de transgênero apresentado ao registrador depende de prévia autorização judicial ou da comprovação de realização de cirurgia de redesignação sexual e/ou apresentação de laudo médico ou psicológico.
- (D) O requerimento será assinado pela pessoa requerente na presença do oficial de registro civil das pessoas naturais exclusivamente no local do registro de nascimento onde será realizada a averbação.

26. De acordo com a Lei de Registros Públicos, nascendo morta a criança, ou morrendo na ocasião do parto, considere as seguintes afirmações:

- I. Nascendo morta a criança, ou morrendo na ocasião do parto, far-se-á o assento no Livro C-Auxiliar, com os elementos adequados.
- II. Nascendo morta, far-se-á um único assento no Livro "C Auxiliar", de registro de natimortos, podendo, a critério do declarante, ser lançado o nome do natimorto.
- III. Morrendo a criança na ocasião do parto, mas se respirou, efetuar-se-ão os dois assentos, o de nascimento e o de óbito, com remissões recíprocas.
- IV. Nos óbitos fetais a Declaração de Óbito (DO) somente será aceita pelo oficial do registro civil das pessoas naturais se constar que o feto tem peso corporal igual ou superior a 500 (quinhentos) gramas e/ou estatura igual ou superior a 25 (vinte e cinco) centímetros.

Estão corretas apenas

- (A) I e III.
- (B) I e II.
- (C) I, II e IV.
- (D) II e III.

27. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), considere as seguintes afirmações sobre o registro de nascimento de indígena no Registro Civil das Pessoas Naturais:

- I. O assento de nascimento de indígena não integrado é facultativo, e sua inscrição far-se-á no Livro “A”.
- II. O RANI – Registro Administrativo de Nascimento Indígena – apresentado pelo declarante ou pelo próprio registrando é documento hábil para proceder ao registro civil, sempre que contiver todos os elementos necessários para o registro de nascimento.
- III. Todo o assento de nascimento de indígena realizado pelo registrador deverá ser, imediatamente, comunicado à FUNAI, para as providências necessárias ao registro administrativo, caso ainda não tenha sido feito.
- IV. Não se registrarão prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores, todavia, deve o oficial do registro civil considerar a identidade étnica do registrando, que poderá ser lançada como sobrenome, a pedido do interessado.

Estão corretas

- (A) I, II e IV, somente.
- (B) I e III, somente.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I e II, somente.

28. De acordo com o Provimento nº 63/2017 da Corregedoria Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta sobre a inclusão do número do CPF nos assentamentos do registro civil das pessoas naturais.

- (A) O CPF será obrigatoriamente incluído nas certidões de nascimento, casamento e óbito.
- (B) Se o sistema para a emissão do CPF estiver indisponível, o oficial adiará o registro para o dia seguinte.
- (C) Estando o sistema indisponível, o oficial designará nova data para a lavratura do registro, intimando o interessado no ato.
- (D) Por solicitação verbal do interessado, poderá ser averbado o número do CPF nos assentos de nascimento, casamento e óbito, lavrados em data anterior à vigência do Provimento, mediante pagamento de emolumentos correspondentes à averbação sem valor declarado.

29. Assinale a alternativa correta quanto à inclusão dos nomes dos genitores, não casados entre si, no registro de nascimento.

- (A) É possível, bastando que compareça apenas o pai, independentemente de comparecimento ou declaração da genitora, desde que esteja munido do seu documento de identidade e indique o nome completo da mãe e dos avós maternos da criança.
- (B) É possível, desde que os dois compareçam, pessoalmente ou por meio de procurador com poderes específicos, ao Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais, para realizar o assento.
- (C) É possível, bastando que compareça apenas a mãe, independentemente de comparecimento ou declaração do genitor, desde que esteja munida do seu documento de identidade e indique o nome completo do pai e dos avós paternos da criança.
- (D) É possível, bastando que um dos genitores compareça e apresente procuração ou anuência, necessariamente lavrados por instrumento público, vedado o instrumento particular.

30. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), ao lavrar um assento de nascimento deverá o oficial de registro civil das pessoas naturais observar o seguinte:

- I. A naturalidade do registrando poderá ser do Município em que ocorreu o nascimento ou do Município de residência da mãe do registrando na data do nascimento, desde que localizado em território nacional, e a opção caberá ao declarante no ato de registro do nascimento.
- II. Na hipótese de a genitora não manifestar interesse em declarar o nome do suposto pai, o Oficial colherá declaração nesse sentido, não lavrará o registro e remeterá o expediente ao Juiz com atribuição administrativa do cartório.
- III. Não se fará qualquer referência à natureza da filiação.

- (A) Somente I e III estão corretas.
- (B) Somente I e II estão corretas.
- (C) Somente I está correta.
- (D) I, II e III estão corretas.

31. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), assinale a alternativa que apresenta o procedimento correto do oficial do registro civil das pessoas naturais nos autos de habilitação quanto ao consentimento dos pais para o casamento de filhos menores.

- (A) Caso um dos genitores se recuse a dar seu consentimento, o outro poderá assinar o respectivo termo perante o oficial do registro civil das pessoas naturais, considerando, assim, suprida a falta de consentimento daquele.
- (B) O consentimento de pais analfabetos, para que seus filhos possam casar, dar-se-á por intermédio de procurador constituído por instrumento público, ou mediante termo de consentimento, nos autos da habilitação, subscrito pelo Oficial e por uma pessoa a rogo do analfabeto, colhendo-se a impressão digital destes na presença de duas testemunhas, qualificadas, que deverão assinar o termo.
- (C) Se o consentimento para casar não for firmado pelos pais, perante o oficial do registro civil ou seu preposto, será exigido o reconhecimento notarial das assinaturas por semelhança.
- (D) Excepcionalmente, na hipótese em que o casamento se realizar no âmbito do projeto Justiça Itinerante não haverá necessidade de consentimento dos pais.

32. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR – CGJ/AL), assinale a alternativa que apresenta o procedimento correto para alteração de regime de bens adotado em casamento civil.

- (A) A alteração do regime de bens do casamento decorrerá de pedido manifestado por ambos os cônjuges, em procedimento administrativo perante o Corregedor Geral da Justiça do Estado, devendo ser publicado edital com prazo de 30 (trinta) dias, em jornal de grande circulação, a fim de imprimir a devida publicidade à mudança, visando resguardar direitos de terceiros. A modificação do regime de bens é de competência do Corregedor Geral da Justiça do Estado onde residem os interessados.
- (B) A alteração do regime de bens do casamento decorrerá de pedido manifestado por ambos os cônjuges, em procedimento administrativo perante o Juiz de Paz, devendo ser publicado edital com prazo de 30 (trinta) dias, em jornal de grande circulação, a fim de imprimir a devida publicidade à mudança, visando resguardar direitos de terceiros. A modificação do regime de bens é de competência do Juiz de Paz que celebrou o respectivo casamento.
- (C) A alteração do regime de bens do casamento decorrerá de pedido manifestado por ambos os cônjuges, em procedimento administrativo perante o Oficial de Registro de Imóveis, devendo ser publicado edital com prazo de 30 (trinta) dias, em jornal de grande circulação, a fim de imprimir a devida publicidade à mudança, visando resguardar direitos de terceiros. A modificação do regime de bens é de competência do Oficial de Registro de Imóveis onde foi lavrado o registro do respectivo casamento.
- (D) A alteração do regime de bens do casamento decorrerá de pedido manifestado por ambos os cônjuges, em procedimento de jurisdição voluntária, devendo o juízo competente publicar edital com prazo de 30 (trinta) dias, a fim de imprimir a devida publicidade à mudança, visando resguardar direitos de terceiros. A modificação do regime de bens é de competência do Juízo da Vara de Família da respectiva comarca onde se processar a mudança.

- 33.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR – CGJ/AL), sobre a averbação no assento de casamento do divórcio consensual, decorrente de escritura pública lavrada na forma da Lei nº 11.441/2007, assinale a alternativa correta.
- (A) O traslado da escritura pública de divórcio consensual, contendo o “visto” do Juiz de Direito da Comarca onde o casamento foi celebrado, será apresentado ao oficial de registro civil das pessoas naturais do respectivo assento de casamento, para a averbação necessária.
 - (B) O traslado da escritura pública de divórcio consensual deverá ser primeiramente registrado no Livro “E” do Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais do domicílio conjugal, e depois será apresentado ao oficial de registro civil das pessoas naturais do respectivo assento de casamento, para a averbação necessária, independentemente de autorização judicial e de audiência do Ministério Público.
 - (C) O traslado da escritura pública de divórcio consensual, contendo o “visto” do Juiz de Direito da Comarca onde os cônjuges são domiciliados, será apresentado ao oficial de registro civil das pessoas naturais do respectivo assento de casamento, para a averbação necessária.
 - (D) O traslado da escritura pública de divórcio consensual será apresentado ao oficial de registro civil das pessoas naturais do respectivo assento de casamento, para a averbação necessária, independentemente de autorização judicial e de audiência do Ministério Público.
- 34.** De acordo com a Lei dos Registros Públicos, é correto dizer que na lavratura de assento de óbito, o Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais observará o seguinte:
- (A) Antes de proceder ao assento de óbito de criança de menos de 1 (um) ano, o oficial verificará se houve registro de nascimento. Em caso negativo deverá lavrar o assento de óbito no Livro “C Auxiliar”, dispensada a lavratura do assento de nascimento.
 - (B) Antes de proceder ao assento de óbito de criança de menos de 1 (um) ano, o oficial verificará se houve registro de nascimento. Em caso negativo deverá lavrar o assento de óbito no Livro “C Auxiliar”, dispensada, a critério do declarante, a lavratura do assento de nascimento.
 - (C) Antes de proceder ao assento de óbito de criança de menos de 1 (um) ano, o oficial verificará se houve registro de nascimento, que, em caso de falta, será previamente feito no Livro “A” – de registro de nascimento. (LRP, art. 77, § 1º).
 - (D) Antes de proceder ao assento de óbito de criança de menos de 1 (um) ano, o oficial verificará se houve registro de nascimento, que, em caso de falta, deverá exigir autorização judicial para registrar o óbito.
- 35.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR – CGJ/AL), assinale a alternativa correta com respeito à adoção de menores.
- (A) O ato constitutivo da adoção de menores, emanado de decisão judicial do Juizado da Infância e da Juventude, será averbado, e concomitantemente cancelado o registro primitivo do adotado, e registrado no Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais de domicílio dos adotantes, no Livro “A”, na forma e exigências do art. 47 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).
 - (B) O ato constitutivo da adoção de menores, emanado de decisão judicial do Juizado da Infância e da Juventude será previamente registrado no Livro “E”, do Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais de domicílio dos adotantes; depois, averbado no registro original de nascimento do adotado, para efeito de seu cancelamento; e servirá de mandado para lavratura de novo registro de nascimento, onde serão consignados os nomes dos pais adotantes, bem como os nomes de seus ascendentes.
 - (C) O ato constitutivo da adoção de menores, emanado de decisão judicial do Juizado da Infância e da Juventude, servirá de mandado para lavratura do novo assento de nascimento do adotado no Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais de domicílio dos adotantes, no Livro “A” – de registro de nascimentos, vedado o cancelamento do registro original de nascimento do adotado.
 - (D) O ato constitutivo da adoção de menores, emanado de decisão judicial do Juizado da Infância e da Juventude, será averbado no registro primitivo do adotado, onde serão consignados os nomes dos pais adotantes, bem como os nomes de seus ascendentes, expedindo-se certidão com referida averbação, não sendo necessária a lavratura de novo assento de nascimento.
- 36.** De acordo com a Lei nº 6.015/1973, com relação à averbação de retificação de registro, assinale a alternativa correta.
- (A) Será feita por qualquer oficial de registro civil das pessoas naturais do território nacional, em vista da implementação do Sistema Eletrônico de Registros Públicos (Serp).
 - (B) Será feita apenas pelo oficial de registro civil das pessoas naturais do cartório onde constar o assento.
 - (C) Será feita apenas pelo oficial de registro civil das pessoas naturais do cartório do 1º ofício ou da subdivisão judiciária da comarca da capital, em livro especial.
 - (D) Será feita por qualquer oficial de registro civil das pessoas naturais da comarca, nas localidades onde houver mais de um cartório.

37. Em relação aos títulos apresentados ao Oficial de Registro de Imóveis é correto afirmar:
- (A) Os títulos devem ser lançados no Livro nº 1 – Protocolo, com o respectivo número de ordem, que determinará a prioridade do título e a preferência dos direitos reais, exceto os títulos apresentados apenas para exame e cálculo dos respectivos emolumentos.
 - (B) Todos os títulos, sem exceção, devem ser lançados no Livro nº 1 – Protocolo, com o respectivo número de ordem que determinará a prioridade do título e a preferência dos direitos reais.
 - (C) Os títulos devem ser lançados exclusivamente no Livro Especial de Controle Geral de Precedência, a cargo dos Oficiais do Registro de Imóveis, que adotará o melhor regime interno a fim de garantir, assim, a ordem de precedência, prioridade e preferência dos direitos reais.
 - (D) Os oficiais podem obstar a inscrição de títulos no Livro nº 1 – Protocolo quando se depararem com qualquer exigência fiscal ou quando ele tiver dúvida, ocasião em que a suscitará perante o juízo competente.
38. De acordo com as Leis nºs 6.015/1973 e 8.935/1994, no serviço de que é titular, o Oficial Registrador não poderá praticar, pessoalmente, atos nas seguintes hipóteses:
- (A) Quando o ato for de seu interesse, de seu cônjuge ou de parentes, na linha reta, ou na colateral, consanguíneos ou afins, até o quarto grau.
 - (B) Quando o ato for de seu interesse, ou de interesse de seu cônjuge ou de parentes, na linha reta, ou na colateral, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau.
 - (C) Quando o oficial se declarar suspeito, devendo declarar seu impedimento por ato de averbação lançado à margem do protocolo.
 - (D) Nos casos em que o oficial em algum momento tenha sido proprietário do imóvel.
39. Da sentença no processo de dúvida poder-se-á interpor recurso. Qual a natureza e efeitos do recurso e quem está legitimado para sua interposição?
- (A) Recurso administrativo endereçado à Corregedoria Geral de Justiça, com efeitos devolutivo e suspensivo. Podem recorrer o interessado, o Ministério Público e o apresentante.
 - (B) Recurso à Corregedoria Nacional de Justiça, com efeitos devolutivo e suspensivo. Podem recorrer o interessado, o Ministério Público e o apresentante.
 - (C) Recurso de apelação, com efeito meramente devolutivo. Podem recorrer o Ministério Público e o terceiro prejudicado.
 - (D) Recurso de apelação, com efeitos devolutivo e suspensivo. Podem recorrer o interessado, o Ministério Público e o terceiro prejudicado.
40. Apresentada ao registrador de imóveis título judicial oriundo da Justiça do Trabalho (carta de adjudicação) o oficial, a requerimento do interessado, suscita dúvida. A denegação de acesso do título judicial e suscitação de dúvida configuram crime de desobediência?
- (A) Não. O oficial de registro pode examinar livremente os elementos intrínsecos e extrínsecos do título judicial, incursionando no que foi decidido no processo judicial e apontando os eventuais defeitos.
 - (B) Sim. Todo e qualquer título judicial deve ser registrado sem qualquer exame de elementos formais e extrínsecos do título, incorrendo no crime de desobediência previsto no art. 330 do Código Penal.
 - (C) Não. Tratando-se de título judicial, o oficial tem o dever, imposto pela Lei de Registros Públicos, de qualificar todos os títulos, seja qual for a sua origem.
 - (D) Não. O oficial de registro de imóveis jamais deve examinar os títulos judiciais. Havendo fundada dúvida acerca da legalidade, deve proceder ao registro e encaminhar certidão ao juízo competente para homologação.
41. A chamada “averbação premonitória” consiste em:
- (A) Averbação no Registro de Imóveis de bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade de bens instada pelo exequente munido de certidão de que a execução foi admitida pelo juiz, com identificação das partes e do valor da causa.
 - (B) Averbação no Livro 3 (Registro Auxiliar), a requerimento expresso do interessado, a fim de produzir efeitos jurídicos em face de terceiros.
 - (C) Registros feitos na CNIB – Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, nos termos de atos normativos do Conselho Nacional de Justiça.
 - (D) Inscrição preventiva de transações de bens futuros.

- 42.** Os atos autênticos de países estrangeiros, com força de instrumento público, legalizados e traduzidos na forma da lei, devem ser registrados em qual especialidade? As sentenças proferidas por tribunais estrangeiros, por qual órgão devem ser homologadas?
- (A) Registro de Imóveis, quando envolver imóveis e Supremo Tribunal Federal.
 - (B) Registro de Títulos e Documentos e Tribunal Internacional de Haia.
 - (C) Registro de Títulos e Documentos e Supremo Tribunal Federal.
 - (D) Registro de Títulos e Documentos e Superior Tribunal de Justiça.
- 43.** No Registro de Títulos e Documentos serão registrados quaisquer documentos para sua conservação. Este registro ostenta o caráter:
- (A) Facultativo.
 - (B) Obrigatório.
 - (C) Supletório.
 - (D) Indispensável.
- 44.** No registro civil das pessoas jurídicas serão matriculados:
- (A) Jornais e demais publicações periódicas, oficinas impressoras, empresas de radiodifusão.
 - (B) Sites e domínios da Internet.
 - (C) Obras e construções civis, reformas e demolições.
 - (D) Sociedades empresárias, cooperativas e empresário individual.
- 45.** De acordo com a Lei de Registros Públicos, o acesso ao conteúdo do registro facultativo para conservação
- (A) é restrito ao próprio oficial do Registro, que revelará verbalmente o conteúdo quando instado por qualquer do povo.
 - (B) é restrito a qualquer interessado que manifeste seu interesse por requerimento dirigido ao Oficial.
 - (C) é restrito ao requerente, à autoridade tributária ou por determinação judicial.
 - (D) não é restrito, pois o acesso é amplo, geral e irrestrito, pois o Registro de Títulos e Documento é órgão de natureza pública.
- 46.** A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), realizando-se o casamento no Brasil, perante a autoridade brasileira, estabelece que
- (A) no casamento de estrangeiros residentes no Brasil, será aplicada a lei de domicílio dos cônjuges quanto aos impedimentos e formalidades da celebração.
 - (B) será aplicada a lei brasileira quanto aos impedimentos e formalidades da celebração.
 - (C) no casamento de brasileiro e estrangeiro residentes no Brasil, poderá ser aplicada a lei brasileira ou a do domicílio do estrangeiro quanto aos impedimentos e às formalidades da celebração.
 - (D) no casamento de brasileiro e estrangeiro residentes no Brasil, será aplicada a lei do primeiro domicílio conjugal quanto aos impedimentos e formalidades da celebração.
- 47.** Em relação à emancipação, é correto afirmar que
- (A) a emancipação por concessão dos pais poderá ser realizada por instrumento público ou particular.
 - (B) a emancipação por concessão dos pais é revogável.
 - (C) o menor sob tutela que tiver dezesseis anos completos somente poderá ser emancipado por sentença do juiz.
 - (D) a emancipação por concessão dos pais depende da concordância expressa do menor para seu aperfeiçoamento.
- 48.** Na dação em pagamento, é correto afirmar que
- (A) a prestação oferecida na dação em pagamento somente pode ser pecuniária.
 - (B) a dação em pagamento não pode ser efetuada por terceiro.
 - (C) havendo evicção da coisa recebida em pagamento pelo credor não há o restabelecimento da obrigação primitiva.
 - (D) há necessidade de concordância do credor para o recebimento de prestação diversa da devida.

49. De acordo com o Código Civil, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil
- (A) aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
 - (B) os menores de 16 (dezesseis) anos.
 - (C) os ébrios habituais e os viciados em tóxico.
 - (D) os pródigos.
50. Um mês após a realização de uma escritura pública de compra e venda de bem imóvel com valor de R\$ 500.000,00, os contraentes celebraram distrato do contrato de compra e venda por instrumento particular. Nesse caso, o distrato
- (A) é nulo.
 - (B) é anulável.
 - (C) é válido.
 - (D) somente não tem validade perante terceiros.
51. A cessão de crédito realizada entre o cedente e o cessionário sem a notificação do devedor da relação obrigacional cedida é negócio jurídico
- (A) válido e ineficaz entre o cedente e cessionário.
 - (B) anulável pelo devedor da obrigação cedida.
 - (C) inválido em razão da não participação do devedor da obrigação cedida.
 - (D) válido e eficaz entre cedente e cessionário.
52. Com relação às servidões não aparentes, é correto afirmar que
- (A) o prazo de aquisição por usucapião, havendo justo título, é de dez anos.
 - (B) o prazo de aquisição por usucapião é de vinte anos.
 - (C) não são passíveis de aquisição por usucapião.
 - (D) o prazo de aquisição por usucapião é de cinco anos.
53. Não encerra propriedade resolúvel a
- (A) doação remuneratória.
 - (B) retrovenda.
 - (C) doação com cláusula de reversão.
 - (D) alienação fiduciária em garantia.
54. "A", casado e sem desconstituir o matrimônio anterior, casa-se com "B", esta última, de boa-fé, desconhecia o fato de "A" ser casado ao tempo da celebração do casamento com aquele. Desse modo, o casamento
- (A) tem validade.
 - (B) tem validade somente em relação a "B".
 - (C) padece de invalidade.
 - (D) somente será válido se houver filhos comuns de "A" e "B".
55. Com relação ao usufruto dos pais sobre os bens dos filhos menores, assinale a alternativa correta.
- (A) O usufruto sobre bens imóveis somente é constituído pelo registro no respectivo registro imobiliário.
 - (B) Os bens adquiridos com os valores auferidos pelo filho maior de dezesseis anos, no exercício de sua atividade profissional, estão excluídos do usufruto.
 - (C) Havendo o registro de nascimento declarado pela mãe e o reconhecimento posterior da paternidade pelo pai, o qual não é casado com a mãe, o usufruto abarca os bens adquiridos antes e depois do reconhecimento da filiação.
 - (D) Os bens recebidos pelo filho menor em doação pura estão excluídos do usufruto pelos pais.
56. Em 10.10.2022, houve a declaração judicial de vacância da herança, nesse caso,
- (A) com a declaração de vacância há incorporação definitiva da herança ao patrimônio do Estado.
 - (B) os herdeiros colaterais ficarão excluídos da sucessão.
 - (C) após a declaração judicial de vacância caberá a nomeação de curador.
 - (D) somente após a declaração judicial de vacância serão realizadas as diligências de arrecadação dos bens da herança.

57. Com relação à exclusão por indignidade na sucessão, é correto afirmar que

- (A) a enumeração constante do Código Civil das causas de indignidade na sucessão é exemplificativa.
- (B) o prazo para a propositura da ação de indignidade é de três anos contados da abertura da sucessão.
- (C) não cabe direito de representação dos herdeiros do indigno na sucessão legítima.
- (D) há situação na qual o Ministério Público tem legitimidade para propor ação de indignidade.

58. O artigo 50 do Código Civil dispõe que poderá o juiz desconsiderar a personalidade jurídica em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial. A confusão patrimonial, de acordo com o Código Civil, é entendida como a ausência de separação de fato entre os patrimônios e caracteriza-se por

- (A) atos de descumprimento da autonomia patrimonial.
- (B) transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, independentemente do valor.
- (C) cumprimento pela sociedade de quaisquer obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa.
- (D) ausência de patrimônio para saldar a obrigação.

59. “A”, em testamento público, deixou a metade da parte disponível de seu patrimônio ao tabelião que lavrou o testamento, instituindo-o como herdeiro. Nesse caso, a disposição testamentária em favor do tabelião é

- (A) ineficaz.
- (B) válida, competindo a este provar que o testador atuou de livre vontade.
- (C) válida, competindo eventual impugnação a algum interessado.
- (D) nula.

60. O primo de “A”, filho do irmão do pai de “A”, é parente de “A” em:

- (A) quarto grau.
- (B) quinto grau.
- (C) segundo grau.
- (D) terceiro grau.

61. Segundo as normas e os princípios previstos no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) A incompetência relativa não pode ser prorrogada.
- (B) A competência em razão da matéria é derogável em razão da vontade das partes.
- (C) A conexão não determina a reunião dos processos, se um deles houver sido sentenciado.
- (D) O despacho de admissibilidade da petição inicial torna prevento o juízo.

62. A respeito das regras de competência no direito processual civil, assinale a alternativa correta, de acordo com entendimento jurisprudencial consolidado pelos Tribunais Superiores.

- (A) O foro do domicílio ou da residência do alimentante é competente para ação de investigação de paternidade, quando cumulada com a de alimentos.
- (B) Para ação de reconhecimento ou dissolução de união estável, é competente o domicílio do guardião do filho do incapaz.
- (C) O princípio do duplo grau de jurisdição é expressamente previsto na Constituição Federal, podendo ser limitável por lei infraconstitucional.
- (D) Compete à Justiça Federal Cível processar e julgar os pedidos de retificação de registro imobiliário.

63. De acordo com entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça, a respeito da ação monitória prevista no Código de Processo Civil, é correto afirmar que

- (A) é incabível ação monitória contra Fazenda Pública.
- (B) é incabível a citação editalícia em ação monitória.
- (C) em ação monitória fundada em cheque prescrito, ajuizada contra o emitente, é indispensável a menção ao negócio jurídico subjacente à emissão da cártula.
- (D) o contrato de abertura de crédito em conta corrente, acompanhado do demonstrativo de débito, constitui documento hábil para ajuizamento da ação monitória.

64. Conforme expressamente previsto no rol do Código de Processo Civil, cabe o recurso de agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre

- (A) acolhimento da alegação de convenção de arbitragem.
- (B) concessão do efeito devolutivo aos embargos de execução.
- (C) incidente da desconsideração da personalidade jurídica.
- (D) admissão de litisconsorte.

DIREITO PENAL

65. Funcionário público municipal, juntamente com um amigo (que não é funcionário público), em coautoria, apropriam-se de determinado bem público de que o primeiro tinha a posse em razão do cargo público por ele ocupado. Nesse caso, pode-se afirmar, corretamente, que

- (A) as circunstâncias de caráter pessoal se comunicam quando elementares do crime.
- (B) as circunstâncias de caráter pessoal sempre se comunicam.
- (C) as circunstâncias de caráter pessoal nunca se comunicam.
- (D) cada agente responde pelo crime próprio, conforme a sua condição pessoal.

66. Em relação aos crimes contra a administração pública, assinale a alternativa correta.

- (A) Comete crime de corrupção ativa o sujeito que, atendendo à exigência de funcionário público, entrega a este uma vantagem indevida.
- (B) Para a configuração do crime de concussão, é necessário que o sujeito ativo se valha da função que exerce ou vai exercer, ou que se prevaleça da autoridade que possui ou vai possuir.
- (C) O crime de concussão só se consuma quando ocorre prejuízo ao lesado.
- (D) Com a devolução da vantagem recebida, desnatura-se o crime de concussão.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

67. Em relação às medidas assecuratórias, é correto afirmar que

- (A) o sequestro pode recair sobre os bens imóveis adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, mesmo que já tenham sido transferidos a terceiros.
- (B) o sequestro pode ser decretado pelo juiz somente antes de oferecida a denúncia ou queixa.
- (C) não se admite o sequestro de bens móveis.
- (D) a alienação do bem sequestrado sempre depende de sentença condenatória transitada em julgado.

DIREITO TRIBUTÁRIO

68. Com relação ao Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), assinale a alternativa correta.

- (A) Segundo fixado em tese de repercussão geral, a imunidade constitucional sobre imóveis incorporados à pessoa jurídica não alcança o valor dos bens que exceder o limite do capital social a ser integralizado.
- (B) Conforme o texto constitucional, pode ter alíquota progressiva segundo a sua função social.
- (C) Segundo fixado em tese de repercussão geral, a transmissão de propriedade imobiliária derivada de operação societária de incorporação independe do fato de ter a empresa atividade preponderante na área imobiliária.
- (D) De acordo com previsão do Código Tributário Nacional, não incide na transmissão de imóveis com valor inferior a duzentos salários mínimos.

69. Não tem previsão expressa no Código Tributário Nacional:

- (A) a ação consignatória em pagamento.
- (B) a ação anulatória de decisão administrativa que denegar a restituição.
- (C) o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).
- (D) o parcelamento tributário.

70. Não integra a definição de tributo expressa no artigo 3º do Código Tributário Nacional – CTN a prestação

- (A) pecuniária compulsória, em moeda ou valor que nela se possa exprimir.
- (B) instituída em lei.
- (C) que constitua multa ou penalidade.
- (D) cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

71. São aspectos (ou critérios) da regra matriz de incidência tributária:

- (A) substantivo, temporal, espacial, quantitativo e subjetivo.
- (B) material, temporal, substantivo, adjetivo e subjetivo.
- (C) substantivo, temporal, espacial, adjetivo e subjetivo.
- (D) material, temporal, espacial, quantitativo e subjetivo.

72. Segundo o disposto no parágrafo único do artigo 100 do Código Tributário Nacional, exclui a imposição de penalidades, a cobrança de juros de mora e a atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo:

- (A) a observância de atos normativos expedidos por sindicatos.
- (B) a observância de práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas.
- (C) a observância das regras de parcelamento do débito.
- (D) a observância das regras relativas às reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo administrativo tributário.

73. Segundo o Código Tributário Nacional,

- (A) é irrelevante para qualificar a natureza específica do tributo a sua denominação e demais características formais adotadas pela lei.
- (B) é irrelevante para qualificar a natureza específica do tributo o seu fato gerador.
- (C) na ausência de disposição legal expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, em primeiro lugar, a equidade.
- (D) na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária aplicará, em primeiro lugar, os princípios gerais de direito público.

DIREITO EMPRESARIAL

74. Acerca da sociedade em comum, assinale a alternativa correta.

- (A) Nas relações entre si ou com terceiros, os sócios somente podem provar a existência da sociedade por escrito, mas os terceiros podem prová-la de qualquer modo.
- (B) Trata-se de sociedade personificada, desde que efetuado o arquivamento dos atos constitutivos na Junta Comercial.
- (C) Todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, observado o benefício de ordem.
- (D) Os bens e dívidas sociais confundem-se com os dos sócios, sendo vedada a constituição de patrimônio especial.

75. A sociedade limitada é o tipo societário mais utilizado no Brasil.

Sobre ela, assinale a alternativa correta.

- (A) É constituída por duas ou mais pessoas.
- (B) É vedada a contribuição que consista em prestação de serviços.
- (C) A responsabilidade de cada sócio está restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem subsidiariamente pela integralização do capital social subscrito por todos os sócios.
- (D) Há possibilidade de o sócio ceder sua quota a terceiro, independentemente da anuência dos outros, salvo previsão contratual em contrário.

76. De acordo com a Lei de falência e recuperação judicial, o administrador judicial será profissional idôneo, preferencialmente advogado, economista, administrador de empresas ou contador, ou pessoa jurídica especializada.

São seus deveres na recuperação judicial:

- (A) praticar os atos necessários à realização do ativo e ao pagamento dos credores.
- (B) requerer a falência no caso de descumprimento de obrigação assumida no plano de recuperação.
- (C) representar a devedora em juízo.
- (D) diligenciar a cobrança de dívidas e dar a respectiva quitação.

77. Nas sociedades anônimas, a assembleia geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

Assinale a alternativa correta, de acordo com a Lei das sociedades anônimas.

- (A) Ressalvadas as exceções previstas em lei, a assembleia geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto e, em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número.
- (B) Os acionistas sem direito de voto podem comparecer à assembleia geral, sendo-lhes vedado o direito de voz.
- (C) As deliberações da assembleia geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria simples de votos, computados os votos em branco.
- (D) Nas companhias abertas, o acionista poderá participar e votar a distância em assembleia geral; nas companhias fechadas, é vedada a participação e votação a distância.

78. “A”, “B” e “C”, pessoas naturais, resolvem montar uma loja de roupas na sua cidade. Fazem-no sem observar as formalidades legais; exercem-na conjuntamente, partilhando os resultados, já há dois anos. Nesse quadro, é juridicamente correto afirmar:

- (A) coletivamente, os três são considerados empresários individuais.
- (B) para regularizar a situação, deverão todos os três registrar-se como empresários individuais.
- (C) a atividade exercida pelos três pode caracterizar a existência de sociedade em comum, sem, pois, adquirir ela personalidade jurídica.
- (D) os três devem escolher um deles para ser o administrador e representante dos demais a fim de assumir a responsabilidade perante terceiros.

79. Assinale a alternativa correta.

- (A) A sociedade em comum e a sociedade simples somente podem ter por objeto atividade empresarial, e seus sócios só podem ser pessoas naturais de nacionalidade brasileira.
- (B) As sociedades em comum, comandita simples e sociedade simples não podem ter personalidade jurídica.
- (C) Havendo sócio incapaz na sociedade empresária, deverá o capital social ser integralizado em dois terços do capital subscrito.
- (D) Havendo incapaz na sociedade empresária, deverá o capital social ser inteiramente integralizado.

DIREITO CONSTITUCIONAL

80. Segundo o art. 3º da Constituição Federal, constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- (A) a prevalência dos direitos humanos.
- (B) a dignidade da pessoa humana.
- (C) a independência nacional.
- (D) a garantia do desenvolvimento nacional.

81. Nos termos da Constituição Federal, é privativo de brasileiro nato o cargo de

- (A) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- (B) Ministro de Estado da Defesa.
- (C) Juiz de Direito.
- (D) Ministro do Tribunal de Contas da União.

82. Compete ao Supremo Tribunal Federal, originariamente:

- (A) julgar os mandados de segurança e os *habeas data* contra o ato de Ministro de Estado ou do próprio Tribunal.
- (B) homologar sentença estrangeira.
- (C) julgar o Senador da República pela prática de infrações penais comuns.
- (D) processar e julgar o *habeas corpus* quando o coator for o Tribunal de Justiça estadual.

83. Compete privativamente à União legislar sobre

- (A) registros públicos.
- (B) custas dos serviços forenses.
- (C) direito penitenciário.
- (D) procedimento em matéria processual.

84. Em relação ao Conselho Nacional da Justiça, assinale a alternativa correta.

- (A) É composto de 16 (dezesseis) conselheiros eleitos, com mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.
- (B) Os membros do Conselho Nacional da Justiça serão nomeados pelo Presidente do Conselho Nacional da Justiça, após aprovação, por maioria absoluta, pelo Senador Federal.
- (C) O Conselho Nacional de Justiça será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Corregedor Nacional de Justiça.
- (D) O Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo Tribunal, exerce a função de Corregedor Nacional de Justiça.

85. Em relação ao tema dos precedentes vinculantes, assinale a alternativa que indica a expressão que indica uma razão que, embora tenha feito parte do voto vencedor do acórdão que fixou a tese, não terá força vinculante para casos futuros.

- (A) *Distinguishing*.
- (B) *Obiter dictum*.
- (C) *Overruling*.
- (D) *Ratio decidendi*.

86. Trata-se de instrumento jurídico que visa à declaração de inconstitucionalidade de lei em tese:

- (A) ação direta de inconstitucionalidade.
- (B) *habeas corpus*.
- (C) mandado de segurança.
- (D) ação civil pública.

87. A Constituição Brasileira que estendeu o direito de voto às mulheres sem restrição ao estado civil e tê-lo tornado secreto foi a de

- (A) 1937.
- (B) 1946.
- (C) 1934.
- (D) 1967.

88. De acordo com o Supremo Tribunal Federal, as cláusulas pétreas não podem ser objeto de emenda constitucional, salvo por assembleia com poderes constitucionais originários. Trata-se de uma cláusula pétrea:

- (A) processo legislativo brasileiro.
- (B) sistema presidencialista de governo.
- (C) sistema tributário nacional.
- (D) voto direto, secreto, universal e periódico.

89. O Superior Tribunal de Justiça é composto, no mínimo, por quantos Ministros?

- (A) 31.
- (B) 33.
- (C) 29.
- (D) 35.

DIREITO ADMINISTRATIVO

90. O bem público sede do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, utilizado para julgamento dos recursos criminais e cíveis, é

- (A) bem de uso especial.
- (B) bem de uso comum do povo.
- (C) bem de uso público.
- (D) bem dominical.

91. Entidade autônoma criada por lei, dotada de personalidade de direito público, com gestão, receita e patrimônio próprio, cuja finalidade é executar atividades típicas da administração pública. Trata-se de

- (A) sociedade de economia mista.
- (B) consórcio público.
- (C) autarquia.
- (D) empresa pública.

92. Os atos administrativos que contêm o comando geral da Administração Pública, com o objetivo de regulamentar a lei, são

- (A) atos normativos.
- (B) atos enunciativos.
- (C) atos negociais.
- (D) atos ordinatórios.

93. Em relação aos poderes da Administração Pública, é correto afirmar:

- (A) a administração pública tem a faculdade de anular os atos ilegais por ela praticados.
- (B) é vedada a revogação dos atos discricionários.
- (C) os atos administrativos não podem ser fiscalizados pelo Poder Legislativo.
- (D) a administração pública deve anular os atos ilegais que praticar e pode revogar seus atos por motivos de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

94. Se os agentes da Municipalidade de Maceió interferirem na esfera privada do cidadão para salvaguardar o interesse público primário, ocorre a hipótese de exercício do poder
- (A) de polícia.
 - (B) discricionário.
 - (C) vinculado.
 - (D) disciplinar.
95. De acordo com a Lei de Licitações, a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério e julgamento pode ser o de menor preço ou de maior desconto, é
- (A) o leilão.
 - (B) o diálogo competitivo.
 - (C) a concorrência.
 - (D) o pregão.
96. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a alternativa correta.
- (A) A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação do contrato administrativo poderá valer-se de valores jurídicos abstratos.
 - (B) Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.
 - (C) A responsabilidade pessoal do agente público por suas decisões ou opiniões técnicas são de natureza objetiva.
 - (D) A edição de atos normativos por agente administrativo, inclusive os de mera organização interna, poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados.
97. Com relação à responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro, assinale a alternativa correta.
- (A) A teoria da responsabilidade objetiva aplica-se tanto às pessoas jurídicas de direito público quanto às pessoas de direito privado prestadoras de serviços públicos.
 - (B) O agente público só responde regressivamente ao Estado quando, na qualidade de agente público, causa danos a terceiros por conduta dolosa.
 - (C) Em caso de culpa concorrente da vítima, exclui-se a responsabilidade civil do Estado.
 - (D) Não há responsabilidade civil do Estado por dano causado pelos serviços notariais e de registro.
98. Com relação ao tema da desapropriação administrativa, assinale a alternativa correta, de acordo com entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (A) Em desapropriação, não são cumuláveis juros compensatórios e moratórios.
 - (B) Na desapropriação para instituir servidão administrativa são devidos os juros moratórios pela limitação de uso de propriedade.
 - (C) Os juros moratórios, na desapropriação direta ou indireta, contam-se desde o trânsito em julgado da sentença.
 - (D) A incidência dos juros moratórios sobre os compensatórios, nas ações expropriatórias, constitui anatocismo vedado em lei.
99. A Constituição Federal de 1988 define que os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público. Nesse contexto, é correto afirmar que
- (A) a transferência da execução do serviço público ocorre por concessão.
 - (B) a transferência da execução do serviço público ocorre por contrato administrativo unilateral.
 - (C) a transferência da execução do serviço público ocorre por lei em sentido formal.
 - (D) a transferência da execução do serviço público ocorre por outorga.

CONHECIMENTOS GERAIS

100. O Padre Antônio Vieira foi orador, filósofo, escritor e missionário da Companhia de Jesus. Os conhecidos Sermões são considerados obra do período
- (A) Barroco.
 - (B) Quinhentista.
 - (C) Arcadismo.
 - (D) Acadiano.

